

Neurobiologia do comportamento criminoso: análise da imagem cerebral como auxiliar na perícia psiquiátrica forense

ACADÊMICA: *Ada Maria Veras da Veiga*

ORIENTADOR: *Sérgio Sell*

EXAMINADOR: *Élio Amorim*

EXAMINADOR: *Paulo Sandrini*

RESUMO

Estamos vivendo um tempo no qual a violência e a criminalidade parecem ter ultrapassado os limites daquilo que julgaríamos tolerável na natureza humana. Crimes cometidos com crueldade inimaginável e por criaturas cada vez mais jovens deixam perplexos até mesmo os que, por profissão, estão familiarizados com ela. Este é um bom momento para que ultrapassemos a fase das reflexões e passemos à prática de atitudes direcionadas. O campo da neurociência, por meio de técnicas como a da neuroimagem tem munido o conhecimento com uma maior compreensão do comportamento humano e seu lado disfuncional. Este estudo faz uma reflexão sobre a Ética e Moralidade e o Direito e apresenta o que a neurociência tem mostrado ao longo dos últimos 10 anos relacionando imagens cerebrais obtidas por técnicas de ressonância magnética funcional e de tomografia cerebral e seus correlatos e os transtornos comportamentais de caráter violento e recidivante cujo representante maior é o sociopata. Avalia a força preditiva destes resultados e se eles podem servir como apoio ao laudo técnico da Perícia Forense, bem como os reflexos éticos que esta proposta pode ter.

Palavras-chave: *Comportamento criminoso. Neurociência. Violência. Sociopata. Psiquiatria forense. Perícia judiciária. Neuroimagem.*

O Desenvolvimento Nacional Sustentável em face da Lei n. 12.349/2010.

ACADÊMICA: *Cátia Heusi Silveira*

ORIENTADORA: *Patrícia de Oliveira França*

EXAMINADOR 1: *Giglione Edite Zanela*

EXAMINADOR 2: *Carina Miliolli Correa*

RESUMO

O presente trabalho constitui-se em um estudo jurídico que aborda as alterações havidas na Lei n. 8.666/93, as quais incluíram às finalidades das licitações públicas, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Neste novo contexto legal, a lei conferiu às contratações públicas uma função regulatória, impondo-se a existência de critérios ou especificações que tornem as licitações compatíveis com parâmetros de sustentabilidade ambiental. Busca-se a realização de um estudo acerca da viabilidade jurídica da nova finalidade proposta às contratações públicas por meio da Lei n. 12.349/2010, bem como dos meios eleitos pelo legislador para a consecução do novo objetivo, à luz dos preceitos constitucionais vigentes. São trabalhados os conceitos do Direito Administrativo como suporte teórico ao estudo. Também se mostra bastante significativo conhecer o conceito, aspectos históricos, os precursores legais do desenvolvimento sustentável no Brasil e o desenvolvimento sustentável como direito fundamental, bem assim a possibilidade do Estado de intervir no domínio econômico por meio de políticas públicas. Por último, trabalha-se mais detidamente a licitação pública sob a ótica da sustentabilidade: conceito, aptidão a tornar-se instrumento de políticas públicas, a condição de instrumento para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e finalmente a Lei n. 12.349/2010 e o princípio da isonomia.

Palavras-chave: *Desenvolvimento sustentável. Licitações. Estado.*

A responsabilidade civil por danos causados em decorrência de abandono afetivo paterno

ACADÊMICO: *Cristiano Antunes Reichow*

ORIENTADORA: *Emiko Liz Pessoa Ferreira*

EXAMINADORA: *Damaris de O. Batista Da Silva*

EXAMINADORA: *Giglione Edite Zanela*

RESUMO

Esta pesquisa tem a pretensão de analisar acerca do abandono afetivo por parte dos pais e os danos decorrentes deste abandono, que produz sérias e permanentes consequências na formação psicológica e social dos filhos, pois lhes nega a dignidade e o respeito. A Constituição Federal, em seu art. 227, estabelece que a família, a sociedade e o Estado devem garantir com absoluta prioridade a crianças e adolescentes o direito à dignidade e respeito. Esses valores devem ser garantidos, preferencialmente, no âmbito familiar, mas, em caso de omissão dos pais, o Estado e a sociedade devem intervir em prol das crianças e adolescentes. Assim, instituiu-se a responsabilidade civil por abandono afetivo paterno, que é fruto de uma longa e lenta humanização do direito de família, do instituto família e de tudo que dele decorre. O ressarcimento de danos, decorrentes de abandono afetivo paterno, não procura forçar o pai a amar um filho, mas fazê-lo zelar por ele, dando todo o suporte necessário para que tenha um desenvolvimento saudável. O ressarcimento, nesses casos, tem um viés punitivo, porém educativo, pois visa a reeducar os pais de modo a que evitem omissões relativamente a seus filhos. Esse dever, que é moral antes de ser jurídico, gerará uma sociedade mais fraterna, baseada nos corretos conceitos de família e paternidade responsável. Esse tema, que recentemente tem despontado nos Tribunais, representa um enorme avanço e um grande passo no retorno à valorização da família como base de uma sociedade sadia, onde o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana prevalece acima de tudo.

Palavras-chave: *Responsabilidade civil. Abandono afetivo paterno. Família. Dano moral. Dignidade da pessoa humana.*

A eficácia do Tribunal de Contas na fiscalização da gestão financeira do erário

ACADÊMICA: *Dagliê Colaço*

ORIENTADORA: *Tânia Maria Françosi Santhias*

EXAMINADORA: *Fátima Mustafá*

EXAMINADORA: *Carolina G. Aragão de Santana*

RESUMO

A presente monografia de graduação fundou-se na área de interesse do Direito Financeiro, especificamente nas Cortes de Contas. Como objetivo, o presente estudo visa verificar se o Tribunal de Contas brasileiro é um órgão eficaz, pois escândalos de corrupção pública são uma realidade brasileira, mediante isto insurge a fama de “Tribunal de faz de Contas”. O problema encontrado é justamente verificar se o Tribunal de Contas é ou não um órgão eficaz na fiscalização da gestão financeira do Erário, partindo do pressuposto que se ele cumpre suas funções constitucionalmente estabelecidas, então é um órgão eficaz. Para resolução da pergunta, usou-se o pensamento dedutivo e o método de procedimento monográfico. No intuito de entender se as Cortes de Controle efetuam seu papel, estuda-se de primeiro momento o objeto a ser controlado, nesse caso a Administração Pública e também sua estrutura e princípios que a regem, vez que esses são indispensáveis ao controle. Posteriormente, estudam-se os meios de controle existentes, suas origens e em que espécie de controle o Tribunal de Contas se encaixa. Por fim, permeia o estudo quanto à eficácia das Cortes de Contas, verificando cada uma das funções constitucionais a elas atribuídas e também a natureza jurídica e eficácia de suas decisões. Tendo em mente que se suas funções e suas decisões são plenamente efetuadas, então se tem o Tribunal de Contas como um órgão eficaz, do contrário não cumpre suas competências constitucionais. A pesquisa verificou divergências envolvendo o Tribunal de Contas, desde sua origem até sua natureza, grande parte da discussão se deve a ausência de estudo sobre o tema, que gera equívocos até nas cortes superiores, uma realidade que deve ser mudada para que os Tribunais de Contas possam exercer plenamente suas funções e que delas produzam-se efeitos.

Palavras-chave: *Tribunal de Contas. Eficácia. Controle. Funções.*

Uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual) na concessão da aposentadoria especial.

ACADÊMICO: *Filipe Gressler Chaves.*

ORIENTADORA: *Patrícia De Oliveira França*

EXAMINADOR 1: *Carolina Giovannini Aragão de Santana*

EXAMINADOR 2: *Cláudia Prudêncio*

RESUMO

O presente trabalho traz como tema de pesquisa o uso de EPI (Equipamento Proteção Individual) na concessão da aposentadoria especial, bem como subsidiariamente o reconhecimento de tempo especial, para posterior conversão em tempo comum, ambos analisados pelo entendimento predominante na jurisprudência e na doutrina. O objetivo geral do estudo é investigar os critérios utilizados na concessão da aposentadoria especial, mesmo que tenha sido fornecido EPI ao trabalhador. A pesquisa será dedutiva e possui uma natureza bibliográfica. Discorre sobre a Seguridade Social e a proteção ao trabalhador, com uma breve evolução histórica no mundo e no Brasil, e uma síntese dos tipos de Regimes Previdenciários no país. Dedicar-se à proteção constitucional do trabalhador submetido a agentes nocivos, uma pequena digressão histórica a respeito das normas de proteção ao trabalhador, noções gerais de penosidade, insalubridade e periculosidade; o uso de EPI, e por fim os principais tipos de riscos ambientais. Por fim, trata da Aposentadoria Especial no Regime Geral da Previdência Social, tipos de segurados, fundamentos da Aposentadoria Especial, meios comprobatórios da exposição aos agentes nocivos, uso de EPI e a possível neutralização dos agentes nocivos; carência exigida na Aposentadoria Especial; conversão de tempo especial em tempo comum e por fim a posição jurisprudencial a respeito de o EPI afastar ou não a especialidade da atividade. Em conclusão, demonstra que a jurisprudência tem sido formada no sentido de que o simples uso do EPI não é motivo suficiente para se indeferir a concessão da aposentadoria especial.

Palavras-chave: *Aposentadoria Especial. Uso de EPI. RGPS. Concessão beneficida.*

O controle social na fiscalização das contas públicas

ACADÊMICA: *Gabriela Guedes Pinto da Silva*

ORIENTADORA: *Tânia Maria Françosi Santhias*

EXAMINADORA: *Patrícia de Oliveira França*

EXAMINADOR: *Moisés Høeggen*

RESUMO

O trabalho consiste em demonstrar a maneira com que a sociedade brasileira pode fiscalizar as contas do Estado. Explicar a estrutura do Estado brasileiro com relação às suas finanças demonstrando quais são os instrumentos colocados à disposição dos cidadãos brasileiros que possibilitam o controle social das contas públicas. Controle esse assegurado constitucionalmente e amparado pelo princípio da transparência, com a responsabilidade de introduzir o acesso popular às informações relativas à atividade financeira do Estado. Para tanto, o estudo trata da atividade financeira do Estado, considerando a concepção de Estado, suas características e as atividades a serem desenvolvidas por meio da Administração Pública. Na sequência, esclarece a respeito do orçamento público como forma de planejamento da Administração Pública, apresentando os princípios e leis orçamentárias, com ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, aponta os modos existentes de fiscalização, seus níveis de controle, especialmente o controle social e a aplicação do princípio da transparência.

Palavras-chave: *Estado. Finanças públicas. Administração pública. Fiscalização. Sociedade. Instrumentos. Princípio da transparência.*

A boa-fé e o *fair play*: análise comparativa de princípios

ACADÊMICO: *Gisele Vasconcelos De Castilhos*

ORIENTADOR: *Luiz Gustavo Lovato*

EXAMINADORA: *Jane Elisabeth Cesca*

EXAMINADORA: *Fátima Kamel Abed Deif Allah Mustafá*

RESUMO

A semelhança entre o princípio da boa-fé do Direito Civil, mais precisamente no âmbito dos contratos, com o *fair play* do Direito Desportivo é comumente apontada, haja vista que ambos concentram em seus conceitos o ideal de igualdade e retidão. Entretanto, os constantes casos de trapaça na praça do desporto fez surgir questionamentos sobre até que ponto o princípio desportivo não seria apenas uma atitude de benevolência dos atletas, não sendo cabível em competições de alto rendimento, isto é, aquelas em que está em jogo algo maior que a simples diversão entre os participantes. Discussões a parte, a comparação desses princípios faz com que se questione até que ponto esses princípios realmente se assemelham, bem como se há casos onde um será aplicado para a preservação do outro. Com o objetivo de averiguar isso, realizou-se a pesquisa, que descreve o princípio da boa-fé no Direito Comparado, com o devido recorte, para fins de estudo, desse perante o Direito Civil. Na sequência, aborda o princípio do *fair play* do Direito Desportivo perante os regulamentos de dois desportos de alto rendimento – o Futebol e a Fórmula Um, para, então, analisar comparativamente os dois princípios por meio de dois casos exemplificativos: o jogo de equipe na Fórmula Um e a dopagem, procurando decifrar se são realmente princípios sinônimos ou se há pontos de divergência.

Palavras-chave: *Princípio. Boa-fé. Fair play. Jogo de equipe. Dopagem.*

Direitos e deveres decorrentes das relações avoengas.

ACADÊMICA: *Isabel Cristina da Silva Simon*

NOME DA ORIENTADORA: *Patrícia de Oliveira França*

EXAMINADOR 1: *Rafael Espíndola Berndt*

EXAMINADOR 2: *Danielle Espezim dos Santos*

RESUMO

A pesquisa versa sobre os direitos e deveres decorrentes das relações entre avós e netos, especificamente o direito de visita e a recíproca responsabilidade alimentar entre ascendentes e descendentes, à luz dos princípios constitucionais, no ordenamento jurídico brasileiro vigente. Para tanto, discorreu-se sobre a transformação do conceito de família, filiação e parentesco ao longo da história, tendo agora o afeto como valor jurídico relevante. Abordou-se, ainda, dentro do contexto da responsabilidade afetiva entre avós e netos, o direito de visitas agora regulamentado pela Lei n. 12.398/11 e o instituto dos alimentos, inclusive os gravídicos avoengos, bem como a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos, seja ascendente ou descendente. Nesse sentido, apresentou-se a abrangência e os limites dos direitos e deveres, por meio da legislação e jurisprudência, bem como da interpretação da doutrina pátria. E, ao término do estudo, verificou-se que o entendimento concernente ao direito de visita avoenga já está consagrado entre os operadores jurídicos e que a Lei n. 12.398/11 veio atender aos anseios da sociedade brasileira. Contudo, em relação ao instituto da responsabilidade alimentar recíproca entre ascendentes e descendentes, constatou-se entendimentos diferenciados, carecendo de maior debate para que a família, a sociedade e o Estado possam proporcionar a integral proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, basilar em nossa Carta Magna. E conciliar, por conta de um entendimento pacífico no ordenamento jurídico, a almejada segurança jurídica com a busca da justiça.

Palavras-chave: *Direito de visita. Responsabilidade alimentar. Afeto. Dignidade.*

A possibilidade de adoção de criança e adolescente por pares homoafetivos

ACADÊMICA: *Joelma de Souza*

ORIENTADORA: *Deisi Cristini Schweitzer*

EXAMINADOR: *Pedro Adilão Ferrari Junior*

EXAMINADORA: *Carina Milioli Correa*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de adoção de crianças e adolescentes por pares homoafetivos, diante da evolução social dos últimos anos no direito de família. Após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), que consagrou no *caput* do art. 226 a família como base do Estado, com reconhecimento nos §§ 3º e 4º como entidade familiar a união estável entre homem e mulher e também a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Como consequência, os princípios constitucionais consagrados no texto legal passaram a ter relevância na vida de todos os seres humanos, como o princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da afetividade, da solidariedade; do pluralismo, da convivência familiar e do melhor interesse da criança. Aborda-se o instituto da adoção, contemplando sua evolução histórica, os requisitos, os efeitos na vida do adotante e adotado, bem como o cadastro para adoção. Por fim, analisou-se a homossexualidade, contextualizando o conceito, a evolução na história, a possibilidade de adoção por pares homoafetivos diante dos princípios consagrados na CRFB/1988 e o posicionamento dos tribunais. Verifica-se, assim, que há divergência quanto à possibilidade de adoção por pares homoafetivos nos tribunais, argumentando os contrários de que o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA/1990) proíbe qualquer observação no registro de nascimento do adotado. Por outro lado, as fontes doutrinárias pesquisadas no decorrer do trabalho consideram possível a adoção por casais do mesmo sexo, em atenção aos princípios constitucionais consagrados. Por fim o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) nas uniões homoafetivas como entidade familiar.

Palavras-chave: *Família. Princípios Constitucionais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Adoção. Homoafetividade.*

O instituto dos alimentos gravídicos à luz da Legislação n. 11.804/08 e as possíveis consequências da negativa de paternidade

ACADÊMICA: *Juliana Gianluppi Pereira*

ORIENTADORA: *Deisi Cristini Schreitzer*

EXAMINADOR: *Pedro Adilão Ferrari Junior*

EXAMINADORA: *Carina Milioli Correa*

RESUMO

Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tornou-se cada vez mais efetiva a aplicabilidade do princípio da dignidade da pessoa humana na convivência com os seus. Em consonância, está o princípio da igualdade com que homens e mulheres são equiparados perante a sociedade de fato, como também, a responsabilidade dos pais para com seus filhos menores emergidos em uma paternidade responsável, enaltecendo o princípio da solidariedade familiar na criação e manutenção da vida de quem não possui condições de fazê-la por si próprio. Com o advento da Lei de Alimentos Gravídicos (11.804/08) a gestante adquiriu o direito de pretender alimentos durante o período gravídico, visando à satisfação de todas as suas necessidades básicas e especiais. O magistrado, por meio de fortes indícios de paternidade, confere a parte legítima o direito a manutenção da vida do nascituro, mesmo que este não tenha ainda adquirido personalidade jurídica. Tal prestação alimentar deve observar o binômio da necessidade e possibilidade, cabendo a progenitora e ao possível progenitor a cooperação das obrigações. Os alimentos gravídicos são devidos desde o despacho da inicial. Posteriormente, é concedido ao réu direito de ampla defesa e contraditório. Ao restar comprovada negativa de paternidade, caberá a quem sofreu o ônus ingressar com ação de cunho indenizatório contra a gestante ou de enriquecimento ilícito contra o pai biológico que deixou de cumprir com suas obrigações. Caberá apenas reparação indenizatória, posto que pelo princípio do Direito de Família os alimentos são irrepetíveis.

Palavras-chaves: *Princípios Constitucionais. Direito de Família. Alimentos Gravídicos. Nascituro. Indício de paternidade. Indenização.*

O julgamento das Propostas Técnicas nas licitações para contratação de serviços de publicidade após a lei n. 12.232/2010 e o princípio do julgamento objetivo.

ACADÊMICA: *Karla Vitoreti Cipriano*

ORIENTADORA: *Patrícia de Oliveira França*

EXAMINADOR 1: *Giglione Edite Zanela*

EXAMINADOR 2: *Carina Miliolli Correa*

RESUMO

Os procedimentos licitatórios em geral sempre foram objeto de muitas controvérsias e, com relação aos serviços de publicidade não poderia ser diferente, dada a complexidade peculiar do seu objeto nos editais. Diante disso, criou-se a Lei n. 12.232/10 que trouxe várias inovações aos procedimentos a serem empregados nesse tipo de contratação, especialmente sobre alterações que interferem diretamente na apresentação das propostas técnicas. Assim, buscou-se tratar não somente das inovações da referida lei, mas também do julgamento objetivo dessas propostas. O desenvolvimento da pesquisa se deu em cinco capítulos, partindo-se de uma análise geral sobre a Administração Pública para, posteriormente, analisar a licitação como um todo e, por fim, focar nas inovações originadas da Lei n. 12.232/10 e no julgamento objetivo sobre as propostas técnicas. Acerca dessas propostas, conquanto seja a elas aplicado o princípio do julgamento objetivo e, embora a nova lei tenha trazido critérios de julgamento evidentemente mais rigorosos, se constatou que não há como se atingir a objetividade plena, tendo em vista que o julgamento das propostas técnicas se dá a partir de critérios fundados em tipos de licitação de *melhor técnica* ou *técnica e preço* que, automaticamente, comportam um grau de subjetividade.

Palavras-chave: *Administração pública. Licitação. Agência de publicidade. Técnica e preço. Julgamento objetivo.*

O dever do estado de fornecer medicamentos no âmbito do Direito Fundamental à Saúde e aspectos da sua judicialização

ACADÊMICA: *Lucivane Maria Klein Paludo*

ORIENTADORA: *Patrícia de Oliveira França*

EXAMINADOR: *Júlio Cesar Marcellino Júnior*

EXAMINADORA: *Carina Milioli Corrêa*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo examinar o direito à saúde e aos medicamentos gratuitos a quem deles necessite, a partir do direito à vida, do princípio da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais. Para tanto, aborda o direito à vida e a sua proteção normativa, e os direitos fundamentais, as suas características, a sua fundamentalidade, as suas dimensões e a sua positivação no direito constitucional nacional. No estudo, foram examinados o direito fundamental à saúde e, como consequência, o direito dos indivíduos ao acesso aos medicamentos necessários. O trabalho realiza uma incursão ao campo das políticas públicas para a implementação dos direitos sociais fundamentais, avaliando, particularmente, o dever estatal de fornecer medicamentos à população. Adentra, ainda, na questão do dever do Estado de assegurar o mínimo existencial em relação à saúde em confronto com a tese da reserva do possível para o Poder Público. Explora o aspecto da atuação do Judiciário para assegurar a eficácia dos direitos fundamentais, notadamente do direito à saúde. Nesse ponto, compilam-se alguns delineamentos do Supremo Tribunal Federal nas suas decisões sobre o tema. Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se a técnica da pesquisa bibliográfica e o método dedutivo. Como resultado, o estudo constata que a deficiência das políticas públicas tem consequência na chamada judicialização da questão do fornecimento de medicamentos à população. Além disso, observa, também, que o Supremo Tribunal Federal tem adotado uma interpretação concretizadora dos direitos fundamentais, no sentido de fazer valerem os fundamentos do Estado Democrático de Direito e os objetivos fundamentais da República.

Palavras-chave: *Direito à vida. Direitos fundamentais. Políticas públicas. Direito à saúde. Medicamentos.*

A função punitiva da Responsabilidade Civil: *os punitive damages*

ACADÊMICA: *Maira Cristina Bruschi*

ORIENTADORA: *Patrícia Fontanella*

EXAMINADOR: *Régis Schneider Ardenghi*

EXAMINADOR: *João Batista Búrigo*

RESUMO

O presente trabalho aborda a sistemática da reparação civil de danos, notadamente os danos morais, a fim de verificar se esta é suficiente para reprimir a reincidência da prática do ato ilícito, bem como a possibilidade do modelo atuar com o condão de prevenir e desestimulá-lo. Realiza-se uma análise quanto ao sistema da Responsabilidade Civil, desde a sua origem até a sua normatização atual. Demonstram-se, ainda, as finalidades almejadas com a sua aplicação, mormente a função punitiva, a qual se espelha na doutrina dos *punitive damages* do sistema anglo-saxão. O cometimento reiterado de condutas lesivas, sem qualquer combate à impunidade, apenas condenando-os na medida em que há reclamação em juízo pela prática do comportamento ensejador do dano, apenas compensando a lesão nos limites da sua extensão no que tange unicamente ao sofrimento daquela vítima, acaba, na maioria das vezes, não desestimulando tal prática, em razão de, não raras vezes, lograr-se um benefício maior ao custo de prejudicar o outro. Em decorrência deste cenário, este trabalho se propõe a explorar a eficácia da função punitiva/pedagógica da responsabilidade civil, demonstrando aspectos controvertidos doutrinariamente, bem como no meio jurisprudencial, que implicam na resistência ao seu emprego.

Palavras-chave: *Direito civil. Responsabilidade civil. Função punitiva. Punitive damages.*

Responsabilidade alimentar entre companheiros homoafetivos

ACADÊMICA: *Nataliê Martins*

ORIENTADORA: *Patrícia de Oliveira França*

EXAMINADORA: *Gisele Rodrigues Martins Goedert*

EXAMINADOR: *Joel Irineu Lohn*

RESUMO

Trata-se de pesquisa monográfica sobre a possibilidade de reconhecimento da responsabilidade alimentar entre companheiros homoafetivos, partindo-se dos princípios da dignidade da pessoa humana, isonomia, liberdade e solidariedade familiar, bem assim dos novos rumos de direito de família e das transformações sociais. O presente estudo se mostra necessário eis que, após o advento da Constituição da República, em 05 de outubro de 1988, a concepção de família foi ampliada e vislumbraram-se novos arranjos familiares. Todavia, a legislação infraconstitucional não acompanhou o espírito da Lei Maior, deixando de regular os direitos dos membros dessas novas espécies familiares. Sendo assim, revela-se imperiosa a feitura de trabalhos acadêmicos na área, a fim de que, embora haja omissão legal, tenha-se supedâneo jurídico para o reconhecimento da obrigação alimentícia entre parceiros do mesmo sexo. Diante disso, faz-se necessária uma análise aprofundada acerca do instituto da pensão alimentícia, com suas particularidades, evidenciando-se, assim, a possibilidade da responsabilidade alimentar entre companheiros homoafetivos.

Palavras-chave: *Responsabilidade alimentar. União homoafetiva. Dignidade da pessoa humana. Solidariedade familiar.*

Improbidade administrativa e a aplicabilidade da Lei n. 8.429/92 aos agentes políticos

ACADÊMICA: *Patrícia Bernardina Meurer*

ORIENTADOR: *Henrique Barros S. Maior Baião*

EXAMINADORA: *Cláudia da Silva Prudêncio*

EXAMINADORA: *Tânia Maria Françosi Santhias*

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo estudar a discussão acerca da aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos. Para isso, utilizou-se como método de abordagem o dedutivo e a técnica de pesquisa empregada fora a bibliográfica, baseada nas obras de publicistas, além da utilização da legislação constitucional e infraconstitucional, bem como decisões do STF acerca do tema. Assim, inicialmente, apresentam-se as noções gerais da Administração Pública, os seus princípios expressos constitucionalmente e os tipos de controle a que está sujeita. Em um segundo momento, passa-se a tratar da Improbidade Administrativa, relatando o histórico de sua prevenção no Brasil, seu conceito, sua natureza jurídica, bem como os aspectos gerais da Lei n. 8.429/92. Aborda-se, ainda, a definição de agente público dando uma ênfase ao agente político e sua responsabilização. Constata-se que nos casos da prática de ato ímprobo por agente político não há possibilidade de foro por prerrogativa de função e, além disso, apresenta-se o princípio da independência das instâncias que preceitua que um único fato pode gerar responsabilidade em esferas distintas. Estuda-se a discussão acerca da aplicação da Lei 8.429/92 aos agentes políticos, sendo demonstrado o entendimento exarado pelo STF na Reclamação 2.138-DF de que o agente político não está sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, tendo em vista que a Lei n. 1.079/50, que trata dos crimes de responsabilidade é lei específica aos agentes políticos e esta abrange os atos de improbidade. No entanto, conclui-se ao final deste trabalho, ser mais coerente a tese em que defende a sujeição dos agentes políticos à Lei de Improbidade Administrativa, pois as Leis n. 1.079/50 e 8.429/92 coexistem e tem natureza jurídica distintas, não podendo se falar em *bis in idem* pela aplicação das duas sanções.

Palavras-chave: *Administração Pública. Improbidade Administrativa. Crimes de Responsabilidade. Agentes Políticos.*

Direito sucessório do concebido por reprodução assistida homóloga *post mortem*

ACADÊMICA: **Roberta Souza Correa**

ORIENTADORA: **Gisele Rodrigues Martins Goedert**

EXAMINADORA: **Sâmia Mônica Fortunato**

RESUMO

O trabalho monográfico trata do direito sucessório do filho concebido pela reprodução assistida homóloga *post mortem*, ou seja, quando é utilizado o material genético do cônjuge ou companheiro falecido, que se encontra conservado por meio de técnicas especiais, para inseminar a viúva. Inicialmente é feito um resumo acerca dos principais aspectos do direito sucessório brasileiro necessário a compreensão do tema, como o momento da abertura da sucessão, a ordem de vocação hereditária, e os tipos de sucessões. Após, faz-se uma síntese sobre a reprodução assistida, desde seu surgimento até chegar às técnicas disponíveis atualmente. Por fim, com é feita a junção do que foi explanado nos capítulos anteriores, para abordar o posicionamento doutrinário acerca do direito sucessório do concebido por inseminação homóloga *post mortem*, demonstrando as normas legais e constitucionais que fundamentam o direito de herança da criança nascida por reprodução assistida homóloga *post mortem*, bem como os dispositivos que os excluem da sucessão, circunstância que gera polêmica entre os doutrinadores, por tratar-se de situação que carece de legislação específica que a regulamente.

Palavras-chave: *Direito sucessório. Concebido. Reprodução assistida. Post mortem.*

Programa de Proteção à Vítima e às Testemunhas Ameaçadas (PROVITA)

ACADÊMICA: *Rosilda Ouriques Pereira*

ORIENTADOR: *Aldo Nunes da Silva Junior*

EXAMINADOR: *Adão Daniel da Silva*

EXAMINADOR: *João Batista da Silva*

RESUMO

É dever do Estado garantir a segurança de vítimas e testemunhas ameaçadas em decorrência de crimes, o que é normatizado através do Programa de Proteção à Vítima e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), uma política pública que visa garantir a proteção a vida, a integridade física e psicológica de tais pessoas. Identificar a eficiência do citado programa é de fundamental importância, visando resguardar as pessoas envolvidas e a concretização do pleno exercício do poder judiciário. A legislação aplicável é a Lei n. 9.807/99, que regulamenta o PROVITA, regrando desde a solicitação do interessado em ingressar no programa, passando pelas restrições impostas, a estrutura e funcionamento do programa e a exclusão do protegido. Impende se destacar as ações do PROVITA na efetiva proteção das pessoas participantes do programa, dirigidas ao combate à impunidade e à criminalidade. Neste norte, há diversos problemas enfrentados pelo PROVITA, inclusive restrições orçamentárias que prejudicam a efetivação da referida política pública. Constata-se ainda, diversas barreiras na obtenção de dados para verificação da questão, principalmente em decorrência do sigilo exigido para preservação da segurança dos protegidos. Nada obstante a tais embaraços, o programa é eficiente no que se propõe a fazer; no entanto, deve ser melhorado de maneira a trazer maior sensação de segurança para a sociedade, principalmente para os envolvidos. Ações como a divulgação e conscientização da sociedade em relação ao programa, capacitação dos agentes que lidam com os protegidos, maior repasse de verbas e disponibilidade de dados concretos pelos órgãos responsáveis são sugeridas para o aperfeiçoamento do PROVITA.

Palavras-chave: *Vítima. Testemunha. Proteção.*

Aposentadoria especial e o reconhecimento da especialidade pela exposição aos agentes nocivos perigosos e penosos

ACADÊMICO: **Sabrina da Silva**

ORIENTADORA: **Patrícia de Oliveira França**

EXAMINADOR 1: **Gilmar Cavalieri**

EXAMINADOR 2: **Giglione Edite Zanela**

RESUMO

A pesquisa tem como tema a aposentadoria especial e o reconhecimento da especialidade pela exposição aos agentes nocivos perigosos e penosos. Tem como objetivo analisar a concessão deste benefício previdenciário, ante as diversas modificações causadas pela evolução legislativa, demonstrando a divergência existente acerca da caracterização da especialidade pelo exercício de atividades com exposição a agentes nocivos perigosos e penosos após a edição do Decreto n. 2.172/97. A pesquisa é de natureza dedutiva e exploratória, utilizando a técnica documental e bibliográfica. Está dividida em cinco capítulos, após a introdução, o segundo capítulo aborda a evolução histórica sobre a proteção social no mundo e no Brasil, conceitos e princípios, análise dos regimes de previdência, especialmente o regime geral. O terceiro capítulo trata da constitucionalização do direito à proteção do trabalhador em face a agentes nocivos, apresenta alguns conceitos aplicáveis ao reconhecimento da atividade especial, bem como a evolução legislativa das normas de proteção do trabalhador exposto a agentes nocivos. O quarto capítulo dedica-se a análise da aposentadoria especial, apresentando os requisitos para sua concessão e os entendimentos adotados pelo INSS, pela doutrina e jurisprudência acerca da possibilidade ou não de reconhecimento da especialidade pela exposição a agentes nocivos perigosos e penosos. O quinto e último capítulo, apresenta as considerações finais. Em conclusão verifica-se que após a edição do Decreto n. 2.172/97 os agentes nocivos perigosos e penosos deixaram de ser contemplados como capazes de ensejar o reconhecimento da especialidade, assim a Autarquia previdenciária não concede a aposentação especial aos segurados expostos a tais condições laborais, no entanto, grande parte da doutrina e jurisprudência diverge desse entendimento.

Palavras-chave: *Agentes nocivos. Aposentadoria especial. Benefício previdenciário.*

Os efeitos da decisão de procedência do Mandado de Injunção no Supremo Tribunal Federal: enfoques doutrinários e análise jurisprudencial

ACADÊMICO: *Sergio Ramos Filho*

ORIENTADOR: *Guilherme de Almeida Bossle*

EXAMINADOR: *Luiz Gustavo Lovato*

EXAMINADOR: *Aldo Nunes Silva Júnior*

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma ação constitucional até então inédita no ordenamento jurídico brasileiro: o mandado de injunção. Desde a criação do instituto, surgiu a indagação acerca dos efeitos que a sentença de procedência teria, mormente em sede de jurisdição constitucional. A questão tornou-se problemática com o surgimento de várias propostas diferentes acerca do papel que o Poder Judiciário deveria ter ao conceder a injunção, originadas, principalmente, pela abertura do dispositivo constitucional que disciplinou o novel instituto. O trabalho, diante deste contexto, procura fazer uma breve análise sobre as principais características (conceito, motivação, origem e objeto) do mandado de injunção para, depois, discutir os possíveis efeitos atribuíveis à decisão que concede a injunção. Esta análise é feita com base nas contribuições teóricas de alguns autores que se dedicaram ao tema, bem como na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que sofreu importantes reformulações ao longo das duas últimas décadas. Ao final da pesquisa, é demonstrado o possível futuro do mandado de injunção na perspectiva das sentenças aditivas em sede de jurisdição constitucional.

Palavras-chave: *Direito constitucional. Mandado de injunção. Norma constitucional não regulamentada. Efeitos da sentença de procedência. Separação dos Poderes. Omissões inconstitucionais.*

Contratos de know-how: a exploração econômica da cláusula do segredo industrial

ACADÊMICA: *Telma Garcia*

ORIENTADOR: *Régis Schneider Ardenghi*

EXAMINADORA: *Gisele Rodrigues Martins*

EXAMINADOR: *Flávio Nodari Monteiro*

RESUMO

O alto nível de desenvolvimento das sociedades atuais e das indústrias a que elas pertencem gera um aumento do incentivo à pesquisa e à busca por novas tecnologias que poderão ser patenteáveis ou não. Neste contexto surge o *know-how*, o qual é entendido como conjunto de conhecimentos agregados e não patenteados cuja posse gera, para seu detentor, vantagem econômica, são conhecimentos transmitidos por meio de contratos e que possuem caráter sigiloso. Analisa-se neste trabalho a exploração econômica, exclusivamente no Brasil, da cláusula de sigilo presente nestes contratos e o seu reconhecimento à luz do entendimento do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), órgão responsável por sua averbação e que atualmente encontra-se em desconformidade com a legislação tributária. Também é analisada a exploração econômica do *know-how* em decorrência da violação de sua cláusula de sigilo através dos crimes de espionagem industrial ou do crime de concorrência desleal, podendo, este último, ser praticado pelo empregado ou pelo do concorrente.

Palavras-chave: *Direito Civil. know-how. Contratos. Exploração econômica. Tecnologia e segredo.*

Prestação global dos serviços de coleta, remoção e destinação final de resíduos sólidos domiciliares urbanos: qual o município competente para a cobrança de ISS?

ACADÊMICO: *Thiago Vinicius Nahas*

ORIENTADORA: *Tânia Maria Françosi Santhias*

EXAMINADORA: *Fátima Mustafá*

EXAMINADORA: *Carolina G. Aragão de Santana*

RESUMO

O trabalho monográfico teve por objetivo analisar a hipótese de incidência dos serviços coleta, remoção e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e urbanos quando prestados de forma global, a fim de identificar onde se consumou o fato gerador da obrigação tributária, principalmente quando as etapas de coleta e remoção são executadas em um Município e a destinação final dos resíduos em outro. Buscando atingir os objetivos propostos, o autor valeu-se dos dispositivos contidos na Constituição Federal, leis infraconstitucionais, além dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais. Trata-se de trabalho que aborda o sistema constitucional tributário; verifica a competência tributária dos entes tributantes; as limitações ao poder de tributar; a hipótese de incidência da obrigação tributária principal e acessória. Estuda, ainda, o Imposto Sobre Serviços (ISS), sua evolução a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 18/1965; sua regulamentação pelas leis infraconstitucionais, identificando os sujeitos ativo e passivo do tributo e o fato gerador da obrigação tributária. Evidencia-se a definição de serviços à luz da Lei Complementar (LC) n.116/2003; o caráter imaterial da prestação do serviço; atividade-meio e atividade-fim; e o conflito de competência entre municípios. Concluiu-se com fundamentação na legislação tributária, doutrina e jurisprudência que, se uma empresa que realiza mediante remuneração as atividades descritas no item 7.09 da lista anexa à Lei Complementar n. 116/2003, for contratada por um Município para prestar de forma global os serviços de coleta, remoção e destino final de resíduos sólidos, em que a destinação final dos resíduos se dê fora de seu território, o ISS será devido no local da destinação final. A coleta e remoção dos resíduos devem ser encaradas como atividades-meio, sem as quais não seria possível realizar a destinação final dos resíduos. O Município detentor da competência tributária ativa para exigir da empresa prestadora dos serviços em questão, a satisfação da obrigação tributária originada pela concretização da hipótese de incidência ensejadora do ISS, é aquele em que se consumou a atividade-fim, pouco importando onde se realizaram os meios que a possibilitaram.

Palavras-chave: *Hipótese de incidência. ISS. Coleta, remoção e destino final de lixo. Fato gerador. Competência tributária.*

Subordinação estrutural na terceirização de mão de obra: um novo paradigma para as relações de emprego

ACADÊMICO: *Valdoir Alves Da Silva*

ORIENTADORA: *Patrícia Santos*

EXAMINADOR: *Moisés Höeggen*

EXAMINADORA: *Tânia M. F. Santhias*

RESUMO

No ramo do direito do trabalho encontramos lacunas em relação à terceirização, principalmente no que diz respeito ao vínculo empregatício dentro da trílogia criada por empregado, empregador e tomador da mão de obra. O estudo versa sobre a subordinação estrutural na terceirização de mão obra, sob a ótica de um novo paradigma para relações empregatícias. Para a consecução, elegemos como método de abordagem o dedutivo, no qual identificamos os ditames constitucionais e legais como o regramento geral. De início, trataremos sobre a evolução histórica da terceirização, discorrendo sobre o motivo de seu surgimento no mundo e a chegada desta modalidade de emprego no Brasil, conceito de terceirização, licitude e ilicitude, vantagens e desvantagens bem como a responsabilidade subsidiária das empresas que optam por contratar empregados por meio de empresa interposta. Na sequência, analisamos a aplicabilidade da pricipiologia protencionista que funda o direito do trabalho diante das mutações das relações laborais, que ganham novo enfoque para se adequarem às exigências do mercado globalizado, as leis aplicáveis à terceirização de mão obra, a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho frente a esta modalidade de emprego. Por último, trataremos de interpretação e implicação da subordinação estrutural, longe da visão clássica em que foi instituída a relação de emprego, quando o trabalhador estava submetido a uma disciplina rígida e direta do próprio empregador, mas sobre outros contornos diante das mutações das relações laborais, cujo escopo é atingir trabalhadores que não se inserem no conceito clássico de subordinação, mas estão afetos ao comando do empreendimento empresarial, em razão da prestação laboral. Como a presente pesquisa apresenta as características de uma pesquisa básica, pois poderá gerar novos conhecimentos, porém sem uma aplicação prática imediata e exploratória, pois já explicita problema e hipóteses, adotamos a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando a legislação vigente, doutrinas e jurisprudências atinentes ao tema.

Palavras-chave: *Direito do trabalho. Terceirização de mão obra. Relação de emprego. Subordinação estrutural.*